

O ESTADO DA TRANSIÇÃO: POLÍTICA E ECONOMIA NA NOVA REPÚBLICA

LOURDES SOLA (org.), PAUL SINGER, BRÁSILIO SALLUM JR., AMAURY BIER, LEDA PAULANI E ROBERTO MESSEMBERG. VEREDAS. VÉRTICE. EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 1988.

Este livro nasceu da confluência de interesses dos seus vários autores em estudar questões candentes da realidade brasileira (como o processo inflacionário) a partir de uma óptica transdisciplinar, acreditando que os problemas de um país multifacético como o Brasil apresentam peculiaridades que tratamentos com base em diagnósticos de fundo apenas econômico ou apenas político estão fadados ao insucesso. Sob a coordenação da cientista política Lourdes Sola e do economista Paul Singer, os autores costumam se reunir com outros pesquisadores e intelectuais no Instituto de Estudos Avançados da USP para tentar a difícil tarefa de equacionar os problemas do país, avançando em explicações que as limitações de uma única ciência não ousariam permitir. Foi desse grupo, aliás, que nasceu a idéia de realização do seminário "Democratizing Economics", em julho/87, que contou com a participação de cientistas nacionais e estrangeiros interessados em expandir as fronteiras analíticas dos problemas contemporâneos.

Começando por um interessante trabalho de Sola, a obra nos conduz a um exame da geografia dos planos heterodoxos de estabilização, em seus aspectos teórico e prático, partindo, no caso específico do Brasil, de uma análise do processo de transição recente que desembocou na "Nova República", onde encontramos os novos *policy-makers* diante do dilema de conciliar o processo de abertura política com a con-

tinuidade do desenvolvimento econômico. Detendo-se nos meandros da aplicação do Plano Cruzado, a autora consegue, com sucesso, destacar os efeitos de natureza política que precederam o plano, que marcaram sua implementação e que levaram à retomada da inflação e ao advento do malfadado Cruzado II.

No segundo artigo do livro, o experiente e didático Paul Singer procura estabelecer uma relação entre a evolução dos quadros de esquerda no Brasil pós-golpe de 64 e as medidas de estabilização que afluíram do governo do PMDB ("Nova República") as quais, supostamente, têm sua gênese na "ligação orgânica entre intelectuais de esquerda, principalmente economistas, e um setor da burguesia que adotava posições democráticas e nacionalistas" (p. 66) e que comporia o recentemente falido partido de salvação nacional (PMDB). Os defensores do socialismo da década de 60 reduziram seus horizontes para combater a ditadura militar nos anos 70 e se aninharam nos vários partidos criados no início dos anos 80, concebendo o perfil da esquerda democrática e modernizante que teve papel decisivo na concepção teórica e na aplicação dos planos econômicos do governo atual. Singer destaca o curioso magnetismo dos economistas ao se sobreporem aos demais intelectuais de esquerda na ascensão ao poder e faz um exame detido do Plano Cruzado e da atitude política de seus autores e implementadores, concluindo

seu trabalho pela apresentação de uma singular e realista interpretação para a atual crise de ascensão de preços no país.

O capítulo terceiro é de autoria de um trio de jovens economistas pós-graduandos do IPE/USP (Paulani, Bier e Messemberg) que vem se notabilizando por trabalhos conjuntos na área de economia, com pretensões recentes a uma análise também política. Neste trabalho, porém, o trio revela pouca tratabilidade com esse empreendimento e se mantém fundamentalmente na análise econômica. Iniciando com o diagnóstico da necessidade de desenvolvimento do país nos últimos 20 anos e com o exame dos *constraints* enfrentados pela economia brasileira ao longo do regime militar, durante o II PND (apesar das relativamente fáceis fontes de financiamento) e da agudização dos problemas com a soma da crise do petróleo e a crise dos juros do início dos anos 80, concluem o trabalho apresentando o diagnóstico teórico do ex-ministro Bresser Pereira para a confecção do Plano de Consistência Macroeconômica e fazendo uma análise crítica deste que seria a última tentativa dos economistas do PMDB de

salvar o Brasil da bancarrota, antes de serem substituídos pela política "arroz-com-feijão", mostrando que "fazer" economia neste país não é um exercício meramente econômico.

Por fim, um trabalho muito bom do sociólogo Brasília Sallum Jr. serve para fechar a obra com muita dignidade, ao fazer uma bem-sucedida análise da transição política brasileira utilizando categorias transdisciplinares (econômicas, políticas, sociológicas) e aplicando-as às fases de densificação, institucionalização, abertura e "Nova República", concentrando-se na análise desta última, sobretudo ressaltando as tramas que marcaram o último processo sucessório e a aplicação dos recentes e mal sucedidos planos de estabilização.

Trata-se, pois, de uma obra *sui generis* que marca a tendência dos intelectuais de vanguarda contemporâneos em buscar alternativas analíticas para os problemas do país, sobretudo diante da incapacidade dos intelectuais de visão monolítica e ortodoxa em entender a grave crise por que passamos.

Solival Silva e Menezes

DA CRISE INTERNACIONAL À MORATÓRIA BRASILEIRA

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.
SÃO PAULO, PAZ E TERRA 1988.

A impressão que se tem, à primeira vista, é que as idéias em nosso país assim que são postas em prática e não obtêm os resultados esperados são rapidamente esquecidas sem maiores discussões. Tornam-se, desta forma, irremediavelmente "velhas" e desgastadas.

Várias propostas formuladas e amadurecidas durante os longos anos de ditadura foram rapidamente "queimadas" nos curtos anos da "Nova República", sendo consagradas como grandes equívocos, irreparáveis enganos ou inquestionáveis bobagens.

A moratória pode ser incluída nesta lista de idéias descartáveis. Sempre surgirá algum afoito para designar este instrumento de negociação como malfadado. Seria mais prudente um pouco de cautela e análise. Principalmente, depois da "tão bem-suce-

dida" negociação convencional concluída em outubro de 1988 e em vias de revisão já em dezembro do mesmo ano.

O livro de Paulo Nogueira Batista Jr., por se tratar de um relato da moratória brasileira de 1987, representa um documento importante para quem está interessado em conhecer um ponto de vista bem informado sobre assunto tão controverso. Não se trata apenas de avaliar com mais vagar as experiências passadas, fato, por si só, já louvável. Mas, também, discutir possíveis caminhos que levem a uma solução duradoura do problema da dívida externa. O autor apresenta quatro ensaios sobre a questão da dívida externa, atualizando vários aspectos colocados em sua primeira obra sobre o assunto (*Mito e Realidade na Dívida Externa Brasileira*, Paz e Terra,

1983) e, introduzindo novos temas surgidos mais recentemente. Contudo, sem dúvida, o primeiro ensaio, que trata da moratória brasileira de 1987, "constitui o coração deste livro" (Batista Jr., 1987, p. 12).

O esforço feito pelo autor em esclarecer e discutir o processo que culminou com a suspensão de pagamentos de juros referentes à dívida de médio e longo prazos com bancos comerciais em fevereiro de 1987 e a posterior retomada desses pagamentos em fins do mesmo ano, resultou em um relato extremamente claro e objetivo. O que não significa, no entanto, uma neutralidade absoluta, ao contrário, explícita de maneira inequívoca a posição do autor.

Paulo Nogueira Batista Jr. tem se dedicado ao tema da dívida externa brasileira há dez anos e foi um dos principais artífices da moratória brasileira de fevereiro de 1987, tendo participado do processo de negociação externa nos dois primeiros anos

do governo Sarney como Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento na gestão Sayad e, posteriormente, como Assessor Especial para Dívida Externa do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Com convicções bastante precisas desenvolvidas ao longo de sua experiência no trato dessa questão, no presente livro, realiza um registro importante sobre assunto vital para o Brasil.

Ao leitor interessado nesse tema e nos destinos do país trata-se de leitura obrigatória. Quanto ao debate sobre a postura que o futuro governo brasileiro deverá assumir em relação aos seus credores externos, em particular, e a sua participação na economia internacional, em geral, seria interessante e imprescindível o surgimento de trabalhos que seguissem a linha adotada pelo autor, ou seja, que colocassem claramente as posições defendidas.

Maria Lúcia L. M. Pádua Lima

DA HEGEMONIA À CRISE DO DESENVOLVIMENTO — A HISTÓRIA DO BRDE *PEDRO DUTRA FONSECA* PORTO ALEGRE, BRDE, 1988.

Uma época de crise estrutural é sempre uma época de repensar o desenvolvimento. E, num país como o Brasil, onde o Estado teve, e tem, neste aspecto, um papel inegavelmente crucial, repensar o desenvolvimento é também rever a história das agências oficiais de planejamento e financiamento de longo prazo. No momento atual, quando completamos quase uma década de descaminhos e turbulência econômica generalizada, é de saudar o aparecimento deste *Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento — A História do BRDE*, de Pedro Dutra Fonseca.

O livro não se restringe, como pode parecer à primeira vista, a um relato fático da história dos mais de vinte e cinco anos de existência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Muito ao contrário, reflete-se sobre essa história no contexto do "desenvolvimentismo" enquanto filosofia e enquanto política no Brasil. A

criação do BRDE, que acaba por se constituir no principal banco de desenvolvimento regional do País, é, portanto, analisada tendo por pano de fundo as marchas e contramarchas desse processo, bem como as especificidades culturais, econômicas e principalmente políticas dos Estados do Sul (RS, SC, PR).

Dutra Fonseca mostra com acuidade que o surgimento do CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul) e a criação do BRDE, ambos em 1961, foram, afinal, o resultado de um movimento — pós-Plano de Metas — que se pode chamar, com perdão dos filósofos, de dialético, visto que acabou por sintetizar "integração nacional" e "regionalismo" para culminar numa proposta quase idílica de "repetir a industrialização paulista", mas tendo por base as pequenas e médias empresas. De toda forma, lembra o autor, é de destacar a "modernidade" da iniciativa, muito bem

recebida, aliás, pelo então presidente da República, Jânio da Silva Quadros.

A performance da instituição a partir de meados dos anos 60 influenciou-se, como não poderia deixar de ser, pelas mudanças de vulto ocorridas na política e, logo após, na economia do País. Contudo, como bem o demonstra Fonseca, o "estilo de desenvolvimento", inaugurado a partir das reformas Campos/Bulhões, acabou por ampliar as funções do BRDE, garantindo-lhe lugar de destaque no processo recente de modernização econômica dos Estados sulinos.

A particular sensibilidade do autor para com as questões específicas da região, mas, principalmente, sua sólida formação no que tange à história do desenvolvimento capitalista no Brasil, permitiram-lhe escrever um livro instigante e, sobretudo, atraen-

te, para todos aqueles que se preocupam com os destinos do país. Vai daí que suas conclusões, no que se refere ao BRDE, não poderiam ser (e não são) tópicas: elas remetem à relação, hoje em xeque, entre Estado e acumulação, mais especificamente ao esgotamento de um determinado padrão de financiamento. Cabe repetir suas próprias palavras: "O dilema em que se encontram os bancos de desenvolvimento, e dentro destes o BRDE, portanto, não é a eles restrito. O que parece em questão, em última análise, é a crise de um estilo ou de um tipo de desenvolvimento em que o Estado consubstanciava-se como o controlador e o garantidor da acumulação. É a crise, portanto, do desenvolvimentismo e a incerteza quanto ao que lhe sucederá". (p. 88)

Leda Maria Paulani

COMÉRCIO, CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO. ENSAIOS SOBRE ESTRUTURAS ASSIMÉTRICAS. MAURÍCIO BARATA DE PAULA PINTO IPE/USP, 1987.

Interessante obra que traz novas concepções teóricas sobre o comércio internacional, marcando a preocupação de economistas que desejam incorporar em seus trabalhos analíticos as diferenças existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos nas transações internacionais sem abrir mão da fleuma e do rigor que são a marca registrada das análises de caráter ortodoxo.

Maurício Barata inicia seu trabalho assegurando que a realidade econômica mundial mostra que a simetria presente na maioria dos modelos propostos pela teoria neoclássica do comércio internacional não se confirma na prática, especialmente quando se consideram relações multilaterais que envolvem países do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, esses modelos são concebidos nos países industrializados e partem do pressuposto da não existência de defasagens estruturais nas economias internas de cada país, as quais, por consequência, também não existiriam entre os países que realizam transações internacionais. Econo-

mistas de reconhecida competência, como Prebisch e H. Singer, não se cansaram de mostrar que a "realidade" vista pelos formuladores dessas teorias não tem qualquer respaldo na *praxis* econômica dos países periféricos.

Outras hipóteses singulares desses modelos são a homogeneidade de comportamento dos agentes econômicos (empresas e indivíduos) nos vários países, a existência de idênticas condições tecnológicas, mercados operando em concorrência perfeita e a igualdade de preços relativos dos bens entre países, via comércio internacional, igualando as remunerações reais dos fatores. Tais hipóteses são subjacentes também à teoria da política comercial, que conclui recomendando que todos os países adotem o livre comércio.

Ora, o professor Barata se mostra mais cauteloso e acredita que as condições peculiares dos países subdesenvolvidos devam ser incluídas nos modelos e que a cada situação em particular sejam calculados os verdadeiros custos, quantitativos e quali-

tativos, envolvidos nas políticas comerciais. Para ele, é possível formular modelos teóricos sobre o crescimento econômico sem descolar da realidade, desde que os pressupostos de simetria entre os participantes sejam abandonados, incorporando, em seu lugar, as diferentes características pertencentes à matriz econômica de cada país ou região envolvidos no problema. O autor vai mais longe ao confessar sua insatisfação com o estado atual da teoria do comércio internacional, porém, propõe que as análises sejam feitas utilizando-se dos mesmos métodos usados pela ortodoxia. Trata-se de métodos muito poderosos que não devem ser abandonados, assegura, ao mesmo tempo que confessa acreditar que a escolha do método de análise não interfere nos resultados obtidos, preferindo dar maior importância à escolha de hipóteses adequadas.

Assim, são apresentados três interessantes ensaios (que merecem ser lidos por economistas de todos os matizes) partindo-

se do princípio de que existem diferenças entre os agentes econômicos, que há distintas condições técnicas de produção na economia e, portanto, diferentes condições de equilíbrio de mercado, o que são características próprias dos países subdesenvolvidos. No primeiro ensaio é apresentada a concepção ricardiana de equilíbrio a longo prazo, precedida de uma especificação da dinâmica clássica para economias fechadas; no segundo, é mostrado como as conclusões da teoria do equilíbrio geral devem ser modificadas diante da existência de limitações aos fatores de produção; enquanto o terceiro opera com a possibilidade de desequilíbrio no balanço de pagamento e com a existência de bens *non-tradeables* (apenas de consumo doméstico).

Trata-se de uma boa contribuição de um economista brasileiro a um debate que interessa de perto ao nosso país, dada nossa grande dependência do comércio internacional.

Solival Silva e Menezes